

MENCIONE-SE  
PUBLIQUE-SE  
EXPEÇA-SE

27/6/08

Mccorrei



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>267617</u>
Classificação
<u>05/05/08</u>
Data
<u>08/06/08</u>

Por determinação de S.E.X.P.A.R., à  
Sra. Secretária da Mesa

08.06.26

Pergunta:

N.º 1551/X(3ª)

**ASSUNTO:** Falsos recibos verdes nas Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

**Apresentado por:** José Moura Soeiro

**Dirigido ao:** Ministra da Educação

**Data:** 25 de Junho de 2008

O Governo tem vindo a anunciar que fará um "combate à precariedade", nomeadamente através do Código de Trabalho. Acontece, contudo, que o Governo é, por via do Estado, quem emprega o maior número de precários em Portugal: cerca de 117 mil na Administração Pública.

Os professores que estão nas Áreas de Enriquecimento Curricular (AEC's) são um desses exemplos. De facto, estes professores cumprem um horário (mesmo quando não é completo), estão inseridos numa equipa, cumprem orientações programáticas do Ministério, estão enquadrados numa instituição para a qual trabalham, ou seja, têm efectivamente uma situação que não é de trabalho independente, mas que deveria corresponder a um contrato de trabalho.

Alguns destes professores estão a trabalhar a "falsos recibos verdes" para empresas ou institutos com os quais o Estado contratualiza para assegurar a dinamização das AEC's há mais de um ano lectivo, sucessivamente, sem nenhuns direitos: nem subsídio de férias, nem subsídio de doença, nenhuma protecção social que é conferida aos trabalhadores por conta de outrem. Isto significa que, dentro da escola, não apenas há uma parte do currículo que é privatizada como também há um conjunto de profissionais que estão numa condição de absoluta precariedade.

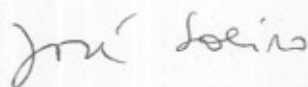
<i>[Handwritten Signature]</i>
Para preparar o expediente
<u>25/06/08</u>
O Chefe de Divisão
<i>[Handwritten Initials]</i>

O Senhor Primeiro Ministro deu recentemente razão ao Bloco de Esquerda, no Plenário da Assembleia da República de 21 de Maio e quando confrontado sobre a situação de precariedade nos Centros Novas Oportunidades, sobre a necessidade do Estado dar o exemplo e acabar com as situações de precariedade, afirmando que "o Governo fará a sua parte no combate à precariedade".

**Assim sendo, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, venho solicitar informação urgente a respeito das seguintes questões:**

- 1) Considera a Ministra aceitável que muitos destes professores e formadores estejam a trabalhar com "falsos recibos verdes", tendo uma situação laboral que deveria corresponder a um contrato de trabalho?
- 2) Está a Ministra disponível para determinar como condição indispensável para celebração de protocolos entre o Ministério e outras entidades a não precariedade dos trabalhadores dessas mesmas entidades?
- 3) Está a Ministra disponível para integrar estes formadores no quadro do Ministério e com eles celebrar contrato?
- 4) A Ministra considera que o Estado pode ter autoridade para combater a utilização de falsos recibos verdes se é o primeiro a servir-se deles?

O deputado do Bloco de Esquerda



José Soeiro